

Daniel Bessa e Carvalho da Silva colocam-se frente a frente, num debate intenso, feito de acordos e desacordos.

■ A receita de austeridade seguida em Portugal está a testar os limites do aceitável numa sociedade democrática?

■ Daniel Bessa (DB) Não sei quais são as saídas. As pessoas têm capacidade de sofrimento que nem imaginamos. Se não conseguirmos dar a isto um sentido e criar algum tipo de consenso e esperança, certamente já estamos muito para lá dos limites. O mais novo na sociedade portuguesa é a reação inorgânica de um crescente número de pessoas que se mostra descontente, desalinhou e acha que se ultrapassaram os limites.

■ Carvalho da Silva (CS) Tem de haver e há saída. Passa pela mobilização do país com um projeto concreto. É imprescindível renegociar o memorando. As opções económicas adotadas chocam com os direitos do trabalho, com os direitos sociais fundamentais, com os direitos humanos, com a nossa cultura. O problema é que, em muitos casos, antes de as pessoas dizerem que estão no limite do sofrimento e dali já não passa, é a democracia que vai abaixo. É aqui que temos de convocar os cenários todos para cima da mesa e ver como é que encontramos soluções.

■ A manterem-se as atuais circunstâncias, a dívida portuguesa é pagável?

■ CS A ser seguida a atual política, a dívida não é pagável. Com a dívida a aumentar e a capacidade de produzir riqueza a diminuir, venha um cientista económico que me prove o contrário.

■ DB Se não há uma trajetória de crescimento, não há dívida que seja pagável. Se formos capazes de crescer, ainda que lentamente, a 1% ou 2%, será pagável. Depende dos prazos, dos juros, mas se for convertida numa dívida a 100 anos a 1%, pode ser. Era bom se houvesse dinheiro para o Estado comprar a dívida. Defendo que o Estado nacionalize as parcerias público-privadas (PPP). Mais vale pagar a quem fez essas obras o seu custo e passar a poupar o custo da dívida e o financiamento.

■ Cinco anos após o início da crise continua a aumentar o desemprego, a desigualdade e a pobreza, e o Estado social está cada vez mais frágil. Há alternativa a esta política de austeridade?

■ DB A única alternativa que conheço é a saída do euro. A esquerda grega mais à esquerda nunca preconizou essa saída. Quer que os alemães paguem.

■ CS Alternativa há sempre. Dizer que não há alternativa é negar duas coisas fundamentais: a política e a democracia. No imediato estamos prisioneiros de uma estratégia que é comandada pela Alemanha. Recebemos fundos comunitários significativos e é preciso refle-

tir sobre o modo como foram gastos. A Alemanha ganhou com a estratégia da UE. Foi seguramente o país da União que mais ganhou no seu posicionamento no plano mundial.

■ Quem está a pagar a crise?

■ DB Um euro tirado a um desempregado, sem rendimento, ou completamente desapaosado, significa muito mais que mil, dez mil ou cem mil tirados a outras pessoas. Desse ponto de vista, quem está a sofrer mais são os mais desprotegidos. Mesmo assim acho que toda a gente tem de pagar alguma coisa. Senão, crio a convicção em alguém de que o problema não é consigo. Há quem diga que tem um salário de miséria e, portanto, pergunta como é que viveu acima das suas possibilidades. Há pelo menos uma dimensão em que todos vivemos acima das posses. É o endividamento do Estado. Se aceitarmos a tese de que o Estado somos nós, não posso dizer que a dívida pública não me diz respeito. O mais modesto dos cidadãos da área metropolitana do Porto anda de Metro. E vai aos hospitais, e à escola. Acho que cometemos um erro se assumirmos que haja alguém que não tem de assumir qualquer custo, por menor que seja.

■ CS Os que estão em baixo não estão de fora. Mas há objetivamente alguns que estão de fora. Na sociedade portuguesa reconhece-se que enquanto se está a tirar um euro a quem tem rendimentos mínimos, há indivíduos que estão a enriquecer de forma ilícita. Portanto, há quem esteja de fora. Quem es-

“

Defendo que o Estado nacionalize as parcerias público-privadas. Mais vale pagar a quem fez essas obras o seu custo, e passar a poupar o custo da dívida e o financiamento

Quando se corta na saúde, na educação, nas reformas, nas infraestruturas construídas pelas autarquias locais, é na vida concreta das pessoas que se corta

Não acho nada que se possa dizer que a resposta de Portugal à crise consiste em baixar os salários de toda a gente e que assim a situação se vai resolver. Porque é que o sector do calçado há de baixar os salários?

Não há ninguém que tenha uma saída na manga. É preciso confrontar denominadores comuns, que têm de ser encontrados à esquerda. Mas isso implica a consciência de que não estamos perante mais uma crise. Estamos na emergência de uma nova era

tá a pagar é o fator trabalho, que são os trabalhadores por conta de outrem, e não só. São milhares e milhares de pequenos empresários. As classes médias estão a ser aniquiladas.

■ O Estado corre o risco de ser visto como mero cobrador de impostos?

■ DB Não há redução da despesa pública que não acabe, cedo ou tarde, nas pessoas. O que nos trouxe aos €4 mil milhões é que houve a ilusão de que se resolvia isto com impostos, o que deu asneira. Não pensemos que fazer o Estado pagar a sua parte não implicará que os portugueses não sofram essas consequências.

■ CS Quando se corta na saúde, na educação, nas reformas, nas infraestruturas que as autarquias locais fizeram, é na vida concreta das pessoas que se está a cortar. Essa via é perniciosa e pode ser extremamente perigosa, porque vai ajudar a empobrecer sem ter saída nenhuma. Só é possível sair disto com um governo e instituições que tenham crédito perante as pessoas.

■ O tempo novo que aí vem e de que se fala é o da criação de empregos com baixos salários?

■ DB Não acho que se possa dizer que a resposta de Portugal à crise consiste em baixar os salários de toda a gente, e que assim a situação se vai resolver. Porque é que o sector do calçado há de baixar os salários? O que talvez tenha de existir é a discussão sobre o nível de salários que podemos aceitar.

■ CS Sim, mas os salários estão a baixar e está a baixar a parte da riqueza entregue ao trabalho. Hoje o que temos é uma precarização do trabalho absolutamente demolidora. Há uma subversão do direito do trabalho. Temos de repor o lugar e o valor do trabalho no emprego e na economia. Como economista experimentado que é, pergunto-lhe: na esmagadora maioria das empresas que foram à falência, e foram milhares e milhares, isso teve alguma coisa que ver com salários?

■ DB Não sei. Admito que não. Terá que ver mais com questões de gestão.

■ CS Tem que ver com o contexto de mercado, com os custos do dinheiro, com a falta de poder de compra.

■ Como é que uma crise que começou por ser económica, se estendeu ao sistema político, degradando-o?

■ DB A minha maior angústia com esta crise é que receio que não seja como as anteriores. Teremos muita dificuldade em regressar ao que fomos. Não é evidente de que é que vão viver os portugueses quando isto acalmar.

■ CS Não há ninguém que tenha uma saída na manga. É preciso confrontar denominadores comuns, que têm de ser encontrados à esquerda. Mas isso implica a consciência de que não estamos perante mais uma crise. Estamos na emergência de uma nova era. A UE entregou-se ao neoliberalismo dominante e não tem projeto. Está cheia de dicotomias perigosas.